

Bresser afirma que bancos não mostraram interesse pelo FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, retornou ontem da viagem de uma semana aos Estados Unidos, com a informação de que os bancos internacionais privados, credores do País, "não mostraram nenhum interesse pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)" e com a impressão de que um acordo com os bancos privados poderá ser concluído antes do dia 20 de outubro próximo.

Essa data é importante porque é o limite para uma nova reclassificação dos devedores duvidosos, entre os quais consta o Brasil. No dia 20 de outubro as autoridades norte-americanas vão reunir-se com os representantes dos bancos, para decidir sobre "value impaired" (valor afetado) — que representa a contabilização do prejuízo com a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida.

Após audiência com o presidente José Sarney, quando relatou os resultados dos contatos que manteve com banqueiros e autoridades norte-americanas, o ministro falou à imprensa. Para ele, a renegociação da dívida externa está dividida em duas etapas: a atual, que envolve os débitos de 1987 e 1988, que seguirá o modelo convencional, com pequenas modificações sobre o que conseguiu o governo mexicano; e a segunda fase, que o ministro denomina de "solução heróica", quando os governos dos países endividados poderão beneficiar-se da desvalorização da dívida.

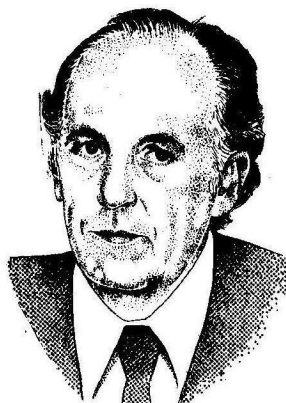
Ele reiterou a necessidade de se inverter um pouco a ordem na estrutura de poder do sistema financeiro

internacional, fazendo um acordo com os bancos privados primeiro e, somente depois, trabalhar um acordo com o FMI. A negociação com os credores privados começará no início de setembro próximo e as condições básicas foram estabelecidas pelo ministro: "spread" zero, que representaria uma economia anual de US\$ 1,3 bilhão, e crédito de US\$ 7,2 bilhões entre 1987 e 1988.

Depois desse acordo com os bancos, o governo procurará o FMI para obter um novo financiamento na faixa de US\$ 1 bilhão — que seria utilizado para recompor reservas cambiais, se os bancos privados concordarem com a concessão de dinheiro novo — e, tendo um aval do FMI, terá as condições para obter financiamentos dos japoneses e das agências oficiais (Eximbank) no âmbito do Clube de Paris.

"Essa é a estratégia da negociação e acho que representa um bom compromisso", entende o ministro, para quem não será difícil obter um apoio político interno, se as coisas forem conduzidas nessa ordem, desgrudando o FMI dos bancos privados, que fariam uma renegociação sem as condicionalidades exigidas no passado, pois "isso aqui não é uma banana republic", brincou o ministro da Fazenda.

Ele admitiu também que, para evitar que o Brasil seja reclassificado como devedor duvidoso — "value impaired" — na data do dia 20 de outubro, duas coisas podem acontecer: ou o Brasil faz um pagamento simbólico, apesar da moratória, que cubra uma parte dos juros suspensos ou o governo brasileiro e bancos privados credores estejam em processo de negociação.



Luiz Carlos Bresser Pereira

Mais fácil do que essas duas hipóteses seria "terminarmos a negociação". Mais fácil do que essas duas hipóteses seria "terminarmos a negociação antes do dia 20 de outubro, como eu disse a eles (banqueiros)".

Caso não dê tempo para concluir as negociações nesse prazo — o que dependeria em grande parte dos banqueiros, acredita o ministro, e se as reservas internacionais do País "estiverem adequadas, nós poderemos pensar num pagamento simbólico", assinou o ministro da Fazenda.

Para ele, porém, essa negociação de curto prazo não resolve de maneira definitiva o problema da dívida externa brasileira.

Tudo indica que esse modo convencional com que estamos tratando a dívida (de 1987/1988) não é a melhor forma para os países do Terceiro Mundo, acentuou o ministro, acrescentando que a solução definitiva é "heróica" e a de criar as condições para que os países devedores se apropriem de um pedaço do desconto que o credor está obtendo, de cerca de

30% a 40%, com a dívida brasileira, por exemplo. "Esse desconto significa que os banqueiros já tomaram o prejuízo e o país devedor deveria se beneficiar desse desconto." O ministro da Fazenda lembrou que o Congresso norte-americano tem colocado em pauta essa questão e que ela depende fundamentalmente de uma decisão política dos cinco países desenvolvidos, principais credores do mundo endividado.

"Esta seria uma solução de mercado e uma saída política para a dívida externa", insistiu o ministro. Uma das maneiras do país devedor apropriar-se do deságio sobre a dívida é emitindo títulos com deságio de uns 30%, por exemplo, juros fixos e garantidos pelo Banco Mundial. Outra alternativa passa pela conversão da dívida em investimentos no país.

"Para mim esse negócio está claro e limpo e eu disse isso a todos", contou o ministro da Fazenda. Depois de falar com o presidente da República, Bresser vai encontrar-se com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Segundo Bresser Pereira, o presidente Sarney ficou "satisfeito" com os resultados da visita da equipe da área econômica aos Estados Unidos. Os banqueiros internacionais "já sabem o que queremos e o que podemos".

No plano interno, o ministro disse que "estamos em lua de mel" com o plano de estabilização e o Plano de Controle macroeconômico em sintonia. Ele sublinhou, ainda, que a fase de flexibilização dos preços, hoje congelados, será "um sistema bem dialético".